A INCLUSÃO DA TERCEIRA IDADE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Arivaldo F. SOUZA¹; Eraldo L. BATISTA²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a inclusão dos alunos da terceira idade nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a política de formação docente adequada para esse público. Desde a sua criação, a partir da década de 1930, a Educação de Jovens e Adultos vem sendo organizada por políticas educacionais paliativas para reduzir o analfabetismo no país sem a devida atenção na qualificação dos professores e dos alunos. No entanto, devido ao aumento da expectativa de vida da população brasileira, muitos idosos estão retornando às escolas e universidades para prosseguirem seus estudos e se manterem ativos. A mudança no perfil da EJA tem desafiado muitos docentes em suas práticas pedagógicas, devido à diversidade desse público e à falta de uma política de qualificação apropriada do educador. O resultado desse trabalho demonstrou a necessidade de repensar uma política de inclusão educacional adequada, com um olhar holístico do potencial dos alunos da terceira idade como sujeitos de direito à aprendizagem, com foco também na formação integrada dos professores (as).

Palavras-chave: Aprendizagem significativa; Escolarização dos idosos na EJA; Política de formação docente.

1. INTRODUÇÃO

Desde a sua criação durante o Estado Novo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil vem sendo pensada na lógica da política de aceleração dos estudos por meio dos programas de supletivos, com o objetivo de alfabetizar os trabalhadores adultos excluídos do direito a escolarização na idade certa e reduzir os altos índices do analfabetismo no país sem ofertar a devida qualidade no ensino desses estudantes e na formação dos professores. Assim, a partir da década de 1990, a EJA passou a acolher também os alunos jovens, chamados de fenômeno da juvenilização, devido à implantação da Lei nº 9394/96 que permitiu o ingresso de estudantes a partir de 18 anos no Ensino Médio e 15 anos no Ensino Fundamental, nessa modalidade de ensino. No entanto, devido ao aumento da expectativa de vida da população na atualidade, os estudantes idosos (as) estão retornando às escolas e universidades para prosseguirem seus estudos como sujeitos ativos com potenciais para desenvolverem suas habilidades na construção do saber.

Segundo os dados do IBGE de 2017, o Brasil tem aproximadamente 30 milhões de idosos acima dos 60 anos possuindo uma expectativa de vida elevada. Muitos ainda analfabetos, mas com

¹ Mestrando em Educação, UNIVÁS - Pouso Alegre - MG. E-mail: professorari.geo@gmail.com.

² Orientador, UNIVÁS - Pouso Alegre - MG. E-mail: eraldolbatista@gmail.com.

o desejo de retornar à vida escolar e acadêmica. A mudança que vem sendo observada no perfil da EJA tem desafiado muitos professores em suas práticas pedagógicas devido à falta de uma política de formação de professores adequada à realidade das condições e às necessidades de aprendizagem desse público idoso. Considera-se relevante essa temática, pois propicia novos olhares e questionamentos sobre a forma de inclusão dos alunos da terceira idade nas turmas da Educação de Jovens e Adultos e a política de formação de professores, que atuam com a construção do saber dessa diversidade nos espaços escolares.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao estudarmos sobre a educação de jovens e adultos no Brasil, verificamos que a mesma passou a ser contemplada por programas governamentais de forma não obrigatória a partir da década de 1930, buscando atender a demanda por mão de obra para a indústria desde o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930–1945). No decorrer do Estado Novo (1937-1945), surgiram às primeiras reformas educacionais, sendo referência as Leis Orgânicas de Ensino criadas por Gustavo Capanema. Ao analisar as reformas educacionais desse período, Saviani (2007, p. 269) observa que essas políticas educacionais governistas tinham caráter centralista com o ensino secundário, destinado às elites condutoras do ensino profissional direcionado ao povo conduzido. Nas décadas seguintes, a EJA passou por várias mudanças nas suas diretrizes curriculares de forma não obrigatória por parte do Estado que sempre negou a população de baixa renda o direito à escola.

A educação só se tornou obrigatória no país com a publicação da Constituição Federal de 1988, artigo 208, que estendeu esse direito a todos os brasileiros (as); inclusive, aqueles que foram excluídos de estudar em sua idade certa. Assim, na década de 1990, a EJA ganhou uma mera atenção com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº93945/96) artigo 37, garantindo a efetivação da Educação de Jovens e Adultos por meio do supletivo. Outro ponto relevante que merece destaque no contexto histórico dessa modalidade de ensino, foi à criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Lei nº 9.424/96 que excluiu a EJA de suas responsabilidades financeiras, priorizando apenas o ensino regular na idade certa. Essa realidade só foi alterada com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei nº 11.494/2007 que passou a reconhecer como direito constitucional a manutenção do ensino para os alunos da Educação de jovens, adultos e idosos inclusive garantindo a merenda escolar.

O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/ 2003 incluiu os alunos idosos no currículo da EJA e determinou a criação de políticas públicas de inclusão social e ações pedagógicas, bem como a adequação aos currículos escolares, às metodologias e aos materiais didáticos para esses alunos (as).

A lei determina ainda a aplicação de conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso (a) como forma de eliminar todo tipo de preconceito contra os idosos na sala de aula. Conforme Pereira (2012, p. 13) “A presença dos velhos na escola, a possibilidade e complexidade de uma Pedagogia da velhice, são questões merecedoras de reflexões no contexto da educação pública atual. É uma atitude política porque convoca a sociedade a pensar uma agenda social e política para o idoso”. A partir desse contexto, percebe-se a importância dos alunos idosos como sujeitos dotados das faculdades mentais com potencial para a construção do conhecimento. Nesse sentido Bastos e Souza (2007, p. 52), argumentam que a educação para o idoso deve superar os estereótipos negativos atribuídos à velhice, questionando os preconceitos, a inutilidade e a incapacidade para aprender.

A formação docente é um dos pilares mais importante para a adequação dos métodos de ensino praticados pelos professores (as), que trabalham com a aprendizagem dos sujeitos da terceira idade que aos poucos chegam à escola com a esperança de encontrar uma educação inclusiva com professores qualificados. Nessa perspectiva, Freire (1991, p.84) ressalta que a formação contínua é a saída possível para a melhoria da qualidade do ensino dentro do contexto educacional contemporâneo. No entanto, a política de formação docente adequada à realidade desses alunos, não acompanhou as transformações e as demandas que a Educação de Jovens e Adultos necessita para oferecer um ensino apropriado e emancipador como direito constitucional ao público idoso.

Os estudos já realizados sobre essa temática mostram que cursos de licenciaturas nas universidades ainda não contemplam a formação contextualizada dos estudantes da terceira idade. De acordo com Arroyo e Soares (2005), as universidades não têm oferecido uma formação capaz de atender as necessidades do educador que trabalha com a diversidade desse público. Nessa perspectiva, Vasconcelos (2012, p. 19) afirma que o professor está entregue a própria sorte sem o apoio teórico necessário, sem a possibilidade da troca de experiências com seus pares, correndo o risco de improvisar suas práticas de ensino. Sendo assim, percebe-se que existe uma grande defasagem nos cursos de licenciaturas nas universidades formadoras de professores para atender às demandas das turmas da Educação de Jovens e Adultos, que também tem acolhido os estudantes idosos (as) para prosseguirem seus estudos.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização desse trabalho, estão sendo feito por meio de análises bibliográficas das pesquisas já realizadas e das Diretrizes Curriculares Nacionais sobre a política de inclusão e permanência dos alunos idosos na EJA e a formação de professores promovida pelo Estado para atender esse público na escola e universidade. Trata-se de um estudo em nível de pós-graduação *Stricto Sensu* em andamento com a previsão de apresentação do resultado final em agosto de 2019.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados já apresentados pelos autores (as) até o momento da realização dessa pesquisa, demonstram que o Estado não tem se preparado para formar adequadamente os estudantes da terceira idade na EJA que estão chegando às escolas e universidades diariamente em busca de conhecimento e de professores qualificados (as).

5. CONCLUSÕES PARCIAIS

É possível perceber nesse presente estudo, uma necessidade urgente na atualização das diretrizes educacionais voltadas para a inclusão dos idosos como sujeitos da aprendizagem nas turmas da EJA, com adequação dos espaços escolares, das práticas pedagógicas adequadas e dos recursos didáticos apropriados; bem como, uma formação de professores contextualizada respeitando assim a diversidade da faixa etária e a trajetória de vida trazida por esses estudantes na EJA.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Educação de jovens adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leônicio José Gomes; GIOVANETTI, Maria Amélia.; GOMES, Nilma Lino. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.19-50.

BASTOS, Adson dos Santos; SOUZA, Elizeu Clementino. História de Vida-Formação de uma professora idosa aposentada. Rev. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador: Uneb - vol. 5, nº 10, p. 45-64, set-dez, 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal nº 5692 de 11 de agosto de 1971. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 3.029. 09 de janeiro de 1981.

FREIRE, Madalena. A Formação Permanente. In: Freire, Paulo: **Trabalho, Comentário, Reflexão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

PEREIRA, Jaqueline Mary Monteiro, A escola do riso e do esquecimento: Idosos na educação de jovens e adultos. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora - v. 16, n. 2, p. 11-38; set 2011/fev 2012. 2012.

SAVIANI, Dermeval, Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.
STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n.38, p. 49-59, jun.2010.

VASCONCELOS, Maria Lúcia M. Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires (Org). **Educação para Terceira Idade**. São Paulo, SP: Loyola, 2012.